

# O Referencial Teórico como Problema

## RESUMO

Este ensaio questiona a exigência de referenciais teóricos na pesquisa filosófica que se pratica na universidade, discutindo os pressupostos, sentidos e implicações de tal exigência confrontada com a demanda de uma pesquisa entendida como busca do desconhecido.

**Palavras-chave:** Pesquisa; Referencial teórico; Problema; Filosofia.

## ABSTRACT

This essay calls into question the exigency of referential theories in the philosophical research performed at university, discussing the presuppositions, meanings and implications of that exigency confronted with the demand of a research considered as search for the unknown.

**Key words:** Research; Referential theories; Problem; Philosophy.

---

\* Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Em parte, pelo menos, da pesquisa universitária localizada na área da Filosofia e de suas disciplinas – como a Filosofia da Educação –, o que responde pelo nome de referencial teórico constitui elemento indispensável. Se, em tal caso, se compara o candidato a pesquisador a um navegante, o referencial teórico equivale não apenas a uma estrela-guia, a uma bússola, a um leme, mas até mesmo a uma tábua-de-salvação, se calha de o navegante perder o barco numa tormenta e cair ao mar – valendo lembrar que a possibilidade de ocorrerem tormentas, metaforicamente falando, no curso de uma pesquisa, é algo que sempre se apresenta no horizonte. Quase nunca, na verdade, as viagens decorrem prósperas em mares tranquilos.

Como a tábua-de-salvação do naufrago, o referencial teórico constitui o recurso primeiro e último para o pesquisador não se perder no indiferenciado. Ele é um fator de individuação e, ao mesmo tempo, de pertencimento a um grupo; permite que o pesquisador crie ou atribua a si uma identidade e, no mesmo gesto, que ele se identifique com outros que navegam ou nadam no mesmo rumo. Em suma, ele oferece respostas a três questões essenciais:

- a) “para onde vou?”;
- b) “como faço para ir até lá?”; e
- c) “o que sou?”

Portanto, em que pode ser problemática a vinculação de um pesquisador a um referencial teórico? Não é imprescindível, ao contrário, que haja tal vinculação para que se dê a pesquisa?

A resposta depende de como se encare e se defina a pesquisa. Se pesquisar é descortinar horizontes desconhecidos e navegar por mares inexplorados – mesmo que tais mares sejam diminutos –, possuir um referencial teórico é algo problemático no sentido de que contradiz a própria pesquisa.

Na prática, possuir um referencial teórico é simultaneamente ser possuído por ele, na medida mesma em que ele fornece ao pesquisador não apenas parâmetros e balizas teóricas que implicam necessariamente uma visão do real, uma concepção de mundo, mas também um método e, em última análise, todo um modo de produção do conhecimento. É como se o navegante tomasse não só uma rota pré-traçada, com

destino certo e já sabido, mas fosse, além disso, conduzido por uma corrente marítima, no mesmo rumo, quase sem necessidade de ligar seus motores e manobrar o leme. A situação é parecida com a do repórter que sai da redação do jornal com uma pauta pronta ou pré-fabricada: as questões que formulará sobre o fato ou ao entrevistado são mera formalidade, pois ele já tem em mente a história em seus traços essenciais, em seu eixo narrativo e interpretativo.

Isso é tão mais verdadeiro quanto mais o processo de produção do conhecimento se modela pelo processo de produção de mercadorias. Neste último, o planejamento, a linha, os métodos e os meios de produção condicionam o produto em todos os seus aspectos, inclusive em sua forma e aparência – e é essa exatamente a intenção. De modo semelhante, o referencial teórico não fornece só os pressupostos que condicionam o pesquisador a recortar uma parte ou camada da realidade e a selecionar a perspectiva, o ângulo de abordagem dessa realidade, o que inclui os autores que embasam e referendam essa visão, mas fornece, além dessa matéria-prima, o método e os meios pelos quais ela será trabalhada, processada. E, na medida em que o modo como se trabalha, o modo como se produz condiciona o produto, não há como escapar da conclusão de que o modo como se pensa, o modo como se processa conhecimento já produzido condiciona o novo conhecimento que se pretende produzir a partir daquele.

Que esse processo está em contradição com a concepção de pesquisa como abertura para o desconhecido e busca de um conhecimento realmente novo, pode ser notado pelo desconforto ou incômodo que sentem aqueles que produzem com referenciais teóricos perfeitamente definidos e assentados, tanto na dimensão individual quanto na coletiva. Trata-se do sentimento ou sensação de repetir-se, de (re) produzir o já produzido; nos termos metafóricos que vimos empregando, de navegar nas mesmas águas de sempre.

Aqui está o significado do título: o referencial teórico é um problema na medida em que não permite a pesquisa senão no sentido menor e contraditório de um conhecimento que se reproduz indefinidamente por meio dele (do referencial teórico). Esse problema pode ser reduzido à pergunta: que pesquisador é esse que sabe desde o início o que vai saber ao final

da pesquisa, ou seja, que já sabe o que diz que não sabe? Ou ainda: se suas conclusões já estão presentes, implicitamente, em suas hipóteses, o que será sua pesquisa senão o desdobramento daquelas mesmas hipóteses? Estas serão formuladas apenas *pro forma*, nunca para ser efetivamente testadas, submetidas a provas, ao confronto com outras hipóteses, observações e percepções, mas apenas para serem expostas, para terem explicitado, em etapas sucessivas, um conteúdo que elas detêm desde o início, desde sempre.

Em suma, o conhecimento produzido sob a orientação de um referencial teórico é invariavelmente previsível: sabe-se de antemão o essencial do que dirá ou escreverá um autor desta ou daquela tendência, podendo-se dizer que a presença do referencial teórico prevê inclusive essa ou aquela expectativa da parte do outro. Este problema pode assumir a forma de um paradoxo: se se põe a necessidade de um referencial teórico para que haja pesquisa, esta necessidade ao mesmo tempo inviabiliza a pesquisa.

## Produção e Produtividade

Procuramos analisar esse caráter de necessidade que o referencial teórico usa assumir. Dizer que ao possuí-lo se é possuído por ele significa que tal *necessidade* traduz a demanda de *identidade* do pesquisador: se este o dispensa, perde-se no indiferenciado, deixa de ser o que é. Em contrapartida, porém, quanto mais vive essa necessidade, quanto mais se apega ao referencial teórico e nele funda sua identidade, menos pesquisador é, menos se dispõe e se arrisca a penetrar ou mergulhar em outras perspectivas, em outras águas.

Dessa forma, o paradoxo parece apontar para o impasse: se alguém adota um referencial teórico – sendo ao mesmo tempo adotado por ele –, não pesquisa verdadeiramente; se, todavia, abre mão dele, deixa de existir como alguém capaz de pesquisar.

Para tentar evitar esse beco-sem-saída, caberia talvez nos desvencilharmos dessa necessidade, ou seja, seria o caso de tentarmos não depender do referencial teórico como se depende de uma tábua-de-salvação. Alguns dirão que, na prática, há mesmo referenciais teóricos com os quais não podemos nos relacio-

nar desse modo, ou seja, que não permitem uma identificação, a fundação de uma identidade. Por exemplo, não seria possível ser um nietzscheano na mesma medida e no mesmo sentido em que se é um marxista ou marxiano. Talvez se diga que, se alguém tentasse ser nietzscheano, já estaria traindo o pensamento de Nietzsche, o que seria o mesmo que dizer que ser fiel a Nietzsche implica não ser nietzscheano. Interpretamos isso da seguinte forma: o pesquisador não seria nietzscheano, pois isso é impossível, mas, cumprindo o que Nietzsche exortava seus leitores a fazerem, seria “simplesmente” ele mesmo. Mas então, perguntaríamos, por que citar Nietzsche, por que invocá-lo ou indicá-lo como referencial teórico? Por que não se tomar a si mesmo como referencial teórico?

Há pelo menos duas implicações nessas perguntas. A primeira refere-se ao contexto da pesquisa universitária. A outra aponta para a posição individual do pesquisador nesse contexto.

Tal como se organiza atualmente, a prática da pesquisa na universidade parece não só facilitar como ser facilitada pela presença e pelo emprego de referenciais teóricos. Os termos que definem e enquadram essa pesquisa são “produção” e “produtividade”. Na prática, portanto, um pesquisador se define como aquele que produz algo comumente chamado, nesse contexto, de “conhecimento”. Os referenciais teóricos fornecem o instrumental que permite não só a produção do conhecimento como a sua orientação e sua mensuração, satisfazendo ao mesmo tempo – o que é certamente o mais importante – as demandas de produtividade. Trata-se de produzir cada vez mais em tempo cada vez menor. Se, há uns trinta anos, ainda se permitia que um estudante ingressasse sem projeto na pós-graduação e fosse gestando um enquanto cursava as disciplinas do programa – cujo número totalizava praticamente o dobro do atual –, hoje seu ingresso só se dá mediante a avaliação de um projeto, preferencialmente com um referencial teórico definido, o qual permite apontar para o professor-orientador adequado, o qual por sua vez gozará de certa margem de segurança nesse trabalho; saberá, aproximadamente, a rota a ser cumprida. Neste caso, nada é mais angustiante – e sobretudo improdutivo – que desconhecer a rota ou tomar rumo incerto, justamente por falta de referenciais teóricos.

Para completar o quadro, também os eventos ditos científicos e as instituições que os promovem costumam exigir que, ao inscrever-se, os pesquisadores discriminem os referenciais teóricos dos trabalhos que apresentarão. Dessa forma, o recurso aos referenciais teóricos parece garantir, com um elevado grau de praticidade, o funcionamento desse mecanismo ou maquinaria, recobrando todo o processo, desde a fase de projeto e planejamento do produto até sua exibição, passando pela produção propriamente e pela classificação.

## As Referências dos Referenciais

No entanto, se pode não haver contradição entre o referencial teórico adotado e o processo de produção em funcionamento nas universidades, o mesmo provavelmente não pode ser dito com respeito às referências primeiras dos referenciais, ou seja, suas fontes. Estas são os modelos aos quais aqueles remetem. Assim, se alguém adota um referencial dito nietzscheano, remete a Nietzsche como modelo, certamente não para tudo, não em qualquer sentido, mas precisamente no que concerne à pesquisa, à produção de conhecimento; afinal, trata-se de um referencial que se qualifica como *teórico*. Neste caso, qual é a relação entre o modelo e sua, digamos, aplicação? Talvez os contornos da questão se tornem mais nítidos se a formularmos nestes termos: em que medida o padrão atual de produção de conhecimentos comporta um Nietzsche?

Aceitando-se a ideia tácita de que se trata de um pesquisador no sentido mais autêntico, isto é, de um pensador que produziu conhecimentos realmente novos, que abriu novos caminhos, navegando por mares nunca dantes navegados, o que resta saber é se haveria lugar para Nietzsche no atual quadro da pesquisa universitária. Responder a esta pergunta significa saber se esse quadro é amplo o suficiente para abrigar formas de produção de conhecimento que dispensem referenciais teóricos, mas estejam, em contrapartida, mais próximos dos modelos a que tais referenciais pretendem remeter, isto é, que produzam efetivamente, que criem e inventem, mais do que reproduzam, mais do que simplesmente apliquem fórmulas já testadas.

Aqui retomamos o ponto relativo à posição individual do pesquisador: o que é ser nietzs-

cheano? Ser fiel a Nietzsche (re)interpretando seus pensamentos e suas reverberações à luz do que se considera ser um referencial teórico nietzscheano? Mas isso não é traí-lo? Ou então trair seu pensamento, contestá-lo, mesmo esquecê-lo? Mas isso não é ser fiel a ele?

Pode-se objetar que não é a toda hora que topamos com pensadores como esse e, mesmo se topássemos, só os reconheceríamos depois que morressem – ou enlouquecessem... Mas permanece a questão: é possível, nesse esquema de moldes industriais, inclusive com controle (ou pelo menos intenção de controle) de qualidade, praticar uma pesquisa que lembre a dos modelos que ela própria invoca por meio de seus referenciais teóricos?

Talvez a própria situação mais ou menos contraditória em que nos encontramos aponte para uma resposta. Nós, que nos consideramos como pertencentes à área filosófica, costumamos distingui-la e separá-la da científica, inclusive ensinamos isso, ou seja, que Filosofia e Ciência são formas de conhecimento distintas entre si. Contudo, quando se trata da prática da produção do conhecimento, não fazemos valer essa distinção e, embora afirmemos e ensinemos que o filosofar é uma incessante problematização e um radical interrogar, não questionamos a aplicação ao nosso caso do padrão vigente, muito mais próprio e adequado ao trabalho científico, assim como não questionamos a nomenclatura dos currículos e relatórios que a universidade e as agências oficiais exigem que preenchamos – nomenclatura dominada pelo termo “científico”.

Cabe talvez aplicar aqui uma palavra que tem sido empregada no discurso epistemológico: a pesquisa filosófica, em nosso caso, tem sido “colonizada” pelo padrão de produção do conhecimento científico, que exige formulação de hipóteses, sua verificação por meio de evidências e resultados em termos de comprovação ou negação – padrão que se tem imposto de forma inclusive a negligenciar as diferenças entre as várias e muitas ciências, considerando que nem todas obedecem ou podem obedecer aos mesmos procedimentos. Sintomático é que, mesmo fora da área científica, alguns se considerem quase na obrigação de prever, em seus projetos, pesquisas de campo, ou seja, alguma espécie de experimentação, para justificar pedidos de financiamento, embora tais projetos sejam concebidos, essencialmente, como filosóficos.

Essas aproximações com o campo da Ciência parecem contraditórias também com várias outras características que se admitem, por consenso, como inerentes à Filosofia. Uma delas é o caráter não-cumulativo do conhecimento filosófico, que se costuma ilustrar dizendo que nenhum filósofo refuta ou desbanca outro filósofo, nenhuma filosofia supera uma que lhe tenha sido anterior. Em contraposição, vigora a imagem de que o conhecimento científico se acumula mediante a própria dinâmica das refutações, isto é, na medida em que o atual pressupõe o que veio antes dele, o qual ao mesmo tempo ele superou, refutando-o. Nesse movimento, evidências empíricas gozam de autoridade suficiente para jogar por terra toda uma teoria. Se, por vezes, duas hipóteses ou teorias diferentes convivem, é porque as evidências empíricas corroboram ambas, como no caso das teorias ondulatória e corpuscular da luz. Quando não há como obter evidências empíricas, como se dá com teorias astrofísicas, aconteceria com a Ciência o mesmo que na Filosofia. Mas nesta há outro detalhe essencial: como as teorias filosóficas são especulativas, ainda quando os opositores recorrem a evidências empíricas, estas não contam na tentativa de refutá-las, pois estão em outro plano – no da percepção, não no da especulação. As tentativas de refutação por meio delas são assimétricas em relação ao seu alvo e, portanto, nunca o atingem: assim, o fato de alguém se pôr a andar, como aliás fizeram alguns filósofos, não é argumento capaz de refutar os raciocínios de Zenão de Eleia acerca da impossibilidade do movimento real.

Essa indecidibilidade da Filosofia<sup>1</sup> guarda relação com a natureza da razão filosófica, que pode prescindir não só da prova empírica como também, em última análise, da própria argumentação ou demonstração. Parece heresia que se diga isso, quando se exige de um mestrando ou um doutorando que construa seus argumentos para provar uma tese ou deslindar um problema. Ocorre que, em sentido próprio e rigoroso, uma tese é apenas uma afirmação, não inclui a própria demonstração ou argumentação. Tome-se como exemplo a frase “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo di-

ferentemente, cabe *transformá-lo*”. Conhecida como a décima-primeira tese de Marx (1974, p. 59) sobre Feuerbach, ninguém contesta tal denominação: trata-se, indubitavelmente, de uma tese. Se o autor a tivesse apresentado ante uma banca acadêmica, provavelmente lhe teriam perguntado: o que você entende por interpretar o mundo, o que entende por transformá-lo? você propõe que os filósofos, além de interpretar, transformem o mundo? como pode um filósofo, na condição de filósofo e não outra coisa (o homem de ação, por exemplo), transformar o mundo? etc. Isso indica que a defesa da tese é algo que não faz nem precisa fazer parte da própria tese, mas algo que se acrescenta a ela, e que é na defesa, ou seja, na demonstração e na argumentação, que recai a maior parte do trabalho acadêmico. Note-se, contudo, que o fato de essa tese se apresentar assim, nua e crua, sem uma demonstração correspondente, não impediu nem impede alguém de considerá-la verdadeira ou de empregá-la como argumento em algum debate. Com efeito, se em Filosofia uma afirmação acaba valendo tanto quanto outra, a argumentação com a qual procuramos fundamentá-la é, no final das contas, um acréscimo que ajuda talvez na tentativa do convencimento, mas que não decide a questão, não encerra o problema a que ela se refere. Por conta disso, um pensamento de Pascal, um aforismo de Nietzsche são tão filosóficos quanto a *Crítica da Razão Pura* inteira.

Isso, evidentemente, não exclui o trabalho do pensamento. É possível imaginar que o trabalho de Kant tenha sido mais exaustivo, mas não se pode dizer que Pascal e Nietzsche não executaram trabalho equivalente ou semelhante para escreverem um de seus pensamentos ou aforismos. No entanto, está claro que nenhum deles precisou seguir o método científico para pensar o que pensou. Certamente, os filósofos têm métodos para pensar, mas além de podermos presumir que cada um tem o seu, o que inviabiliza a padronização e a uniformização, há o fato de que não são propriamente métodos de produção, mas justamente de pensamento – e ambos os elementos se manifestam no discurso, no estilo de cada filósofo. Kant é inseparável de

<sup>1</sup> Cf. Porchat Pereira (2007, p. 71): “Quando nos dispomos a filosofar, deparamos com o conflito das filosofias, tornamo-nos seus espectadores e nos deixamos enfeitiçar pelos discursos filosóficos. Buscando uma decisão para o conflito, fazemos a experiência de sua indecidibilidade.”

seu estilo, de seu discurso, de sua escrita, assim como Pascal e Nietzsche, até mesmo Descartes, que propôs um método que aparentemente qualquer um pode tomar para si e aplicar, mas que, como vemos na prática, está longe de funcionar do mesmo modo como opera o método científico.

Para arrematar essas considerações: esses modelos estão sempre a nos exortar a pensar por conta própria. Todavia, apegar-se a um referencial teórico não é pensar por conta do outro, não é fazer-se pensar por ele? Pensar por conta própria não é assumir o risco de nadar sem boia, sem tábua-de-salvação? Não é, inclusive, adquirir e exercer o direito de pensar a partir de ninguém? Para pensar por si mesmo, o pesquisador deve pedir licença e pagar *royalties* a algum pensador anterior? A condição para que pense por si mesmo não é, pelo contrário, que rompa com toda dependência a qualquer filósofo? Há verdadeira reflexão, há verdadeira problematização quando se sabe onde vai dar o pensar, quando se sabe que resultados ele produzirá, ou seja, quando se sabe não só o que se pensa como também o que se pensará?

## **Mercado de Grifes ou Comércio de Ideias?**

O emprego de referenciais teóricos, à medida que opera num modelo industrial de produção, é coerente com o funcionamento de um mercado em que conhecimentos e ideias são dispostos ou disponibilizados para serem retomados, reproduzidos, reutilizados ou descartados. Eventos ditos científicos se parecem com as modernas feiras industriais, nas quais cada setor ou especialidade exhibe suas novidades. É possível, a respeito do que aí se oferece, falar em grifes e cotações: certos autores, obras ou ideias são mais valorizados e frequentados que outros, na medida em que esse mercado lhes confere mais prestígio, inclusive porque não é infenso ao critério do gosto – quantas vezes não se ouve alguém dizer “esse é um autor (ou um conceito) de que gosto muito”? Continua sendo um truísmo apontar, em tal caso, para uma indústria da moda: por maiores que sejam a oferta e a diversidade das novidades – e por isso mesmo –, sempre há modas intelectuais, as quais podem ser mais amplas

ou mais restritas, dependendo das dimensões de seus respectivos públicos.

Esse mercado moderno, contudo, não deve ser confundido com o modelo comercial legado pela tradição filosófica, embora se trate de um modelo ambivalente. Com efeito, ele remete tanto ao caso historicamente notável dos sofistas, acusados de negociar o conhecimento da mesma forma como se negociam produtos quaisquer, quanto ao exemplo contíguo do comércio social que os filósofos praticavam na *ágora* da cidade grega, pela qual o *logos* circulava – *logos* que, no dizer de Heráclito (fragmento 2), é “o-que-é-com”, o que é comum a todos, o que se dispõe como propriedade comum: a linguagem, a razão. Para possuí-la, não era – como não é – preciso comprá-la, mas usá-la, ou melhor, participar dela, compartilhá-la; “mas”, advertia Heráclito, “vivem os homens como se tivessem uma inteligência particular” – o que permite, acrescentemos nós, que alguns se apropriem do *logos* como propriedade particular ou grupal. São os que poderíamos chamar de donos da razão, mais que da verdade.

Não é o caso de sermos fiéis às origens, determinando a natureza – o ser – da pesquisa filosófica, mas de delinear-mos seu espírito, talvez sua vocação – seu dever-ser. Não é necessário que alguém diga que esta tende ao diálogo, sobretudo se alargarmos o significado da palavra e da prática a que ela se refere ao ponto de incorporarmos o que diz respeito também à disputa, ao agonismo, e à leitura. Portanto, não é dialógico, no caso da Filosofia, apenas o que remete à conversa entre dois ou mais interlocutores vivos.

Na pesquisa filosófica, dialogamos não só com os livros de filósofos e outros autores, mas também com o que chamamos de coisas ou mundo, ou com nossas percepções e práticas. É, aliás, nesse diálogo que surgem e se explicitam os problemas que nos dispomos a discutir, o que significa que eles exprimem ou resultam antes de interlocuções, de intersubjetividades que de necessidades objetivas e imperiosas. Os problemas sobre os quais Kant se debruçou foram construídos no encontro de seu pensamento com os de autores como Hume. Ao mesmo tempo, percebe-se que o diálogo é praticamente inevitável, que a leitura que se faz de um filósofo, mesmo quando é tomado como referencial teórico, implica necessariamente

algum distanciamento; ou seja, nunca se tem um Kant em estado puro, é impossível conhecer a obra kantiana como uma coisa-em-si. E se é necessário interpretar o referencial teórico e tal interpretação põe inevitavelmente um distanciamento, então o que se impõe sempre, na pesquisa filosófica, é o pensar-por-si-mesmo – e quando alguém credita tanto o ônus quanto o bônus da pesquisa ao referencial teórico, como se este existisse por si mesmo, independentemente de interpretações, isso se deveria à insegurança e à angústia próprias do pesquisar, insegurança e angústia que o pesquisador tenta mascarar, abraçando-se ao que chama de referencial teórico como o naufrago à sua tábua-de-salvação.

Será o caso, então, de reduzirmos a exigência e o papel dos referenciais teóricos e de ampliarmos nossas opções, demandando apenas que cumpram aproximadamente a vocação e o espírito do diálogo? A título de exemplo, imaginemos, no limite, que alguém se candidate a uma vaga na pós-graduação com o seguinte projeto: escrever alguns aforismos, não sabe quantos, à medida que eles lhe ocorrerem, sobre um tema a respeito do qual vem meditando; não tem referencial teórico, ou se o tem, não se manifesta à sua consciência; tampouco possui bibliografia, pois quer apenas pensar por conta própria, independentemente; é certo que fez, faz e fará leituras, mas para dialogar com elas, isto é, discuti-las, não para citá-las, não para apoiar-se nelas. Seria da maior ingenuidade, obviamente, imaginar que um projeto assim tivesse alguma chance de ser aceito; se estivéssemos na banca de seleção, o consideraríamos entre divagador e diletante, na melhor das hipóteses e, sobretudo, por causa da mentalidade produtivista, o (des)consideraríamos como um projeto muito fácil, que não mostra trabalho – embora, em última análise, nada lhe falte para ser filosófico, inclusive pelo requisito do pensar-por-conta-própria. Isso, contudo, não nos impede de admitir candidatos que se propõem a interpretar e comentar aforismos de um filósofo como Nietzsche, com farta e erudita bibliografia, explicitação do problema e dos objetivos do trabalho, cronograma e previsão de resultados. Em suma, é permitido escrever dissertações sobre aforismos, mas não os próprios aforismos – sem os quais, aliás, não poderia haver aquelas dissertações. No entanto,

cabe a questão: que tipo de projeto merece mais o nome de pesquisa filosófica?

## Da Dissertação como Forma

Talvez poucas coisas evidenciem o caráter contraditório, algo esquizofrênico, de nossa relação com nossos modelos, que o fato de valorizarmos, por vezes excessivamente, a forma dissertativa, em detrimento de gêneros como o aforismo, o diálogo e mesmo o ensaio. Admiramos os diálogos platônicos, aceitando de bom grado, na verdade como estimulantes, seus finais inconclusos, quando não aporéticos; no entanto, encaramos o diálogo como forma menor, praticamente indigna de ser trabalhada na academia, embora Platão fosse um acadêmico... Mas, além disso, nossa relação com o gênero dissertativo pode ser tida, ela mesma, por contraditória e esquizofrênica: se uma dissertação apresenta uma bibliografia exígua e poucas citações, isso é tomado, logo à primeira vista, como deficiência ou insuficiência, provável sintoma de preguiça ou incompetência de quem a escreveu, ao mesmo tempo, porém, em que se costuma interpretar o grande número de citações de uma dissertação como sinal de ausência de pensamento próprio e de reflexão.

O que explica essa preferência, digamos, pela dissertação como forma por excelência dos estudos acadêmicos em nossa área? Certamente, a facilidade com que se pode configurá-la e padronizá-la, de modo que maior número de estudantes possa praticá-la. Por conta disso, permitimo-nos imaginar que a forma dissertativa é talvez o melhor meio para se ensinar e aprender a pensar e a escrever o que se pensa – o que é, todavia, bastante discutível. Se garante certo controle de qualidade e, como sugerimos, certa democratização, esse gênero abre espaço também para um trabalho meramente reprodutivo, dispensando a criatividade: neste caso, a dissertação pode ser justamente um meio para **não** se pensar por conta própria, ou seja, para apenas citar e repetir o pensamento alheio, sem se dar o trabalho da reflexão própria – procedimento que encontra apoio e alimento no recurso aos referenciais teóricos. A normatização acadêmica da forma dissertativa revela, afinal, a subordinação ao modelo científico de produção do conhecimento; se se exigisse isso de Platão, ou ele jamais entraria na academia

– a “nossa” – ou, se entrasse, não teria escrito os diálogos que escreveu, e não teríamos, para ler e comentar, senão algumas dissertações insossas – isso se elas sobrevivessem por dois mil e quatrocentos anos e ainda fossem capazes de constituir a tradição filosófica a que damos o nome de Platão.

Dirão, e eu concordarei, que Platão é provavelmente um caso único e irrepetível – o que significa que não se vislumbra o aparecimento de alguém que, na universidade, venha a escrever diálogos da mesma importância dos platônicos. Com isso, a justificativa para recusarmos o gênero dialógico como forma de discurso acadêmico torna-se dupla ou paradoxal: trata-se de um gênero menor e, ao mesmo tempo, ideal, no sentido platônico – inacessível e inalcançável. Em outros termos, não é para qualquer um – na verdade, é (foi) para um único filósofo, chamado Platão. Em contraposição, a dissertação é acessível, senão a todos, à maioria, e concordarei também se disserem que cada estudante universitário deve passar pela experiência de escrever uma, pois estará, então, aprendendo a... escrever uma dissertação. Talvez a demonstrar uma ideia e argumentar a favor dela. Mas estará aprendendo a pensar por conta própria ou simplesmente a pensar, a inventar teses, a pesquisar filosoficamente? É possível que a forma dissertativa seja a mais adequada para se exercitar a defesa de uma tese, mas é evidente que não é a única; é apenas a que parece ser a mais séria, a que possui *status* acadêmico, a mais apropriada aos cânones e trâmites universitários. Por outro lado, cabe admitir que não há relações causais entre as formas discursivas e a reflexão, ou seja, não há gêneros de discurso que favoreçam ou induzam necessariamente o pensar filosófico. Mas esta objeção ou reparo ajuda a fundamentar a ideia de que este tipo de pensar deve ter à sua disposição, na academia, todos os gêneros e formas de discurso que lhe são ligados historicamente. Se, por um lado, o simples fato de se escrever na forma de uma dissertação, de um ensaio, de um diálogo ou de aforismos não implica que se esteja pesquisando filoso-

ficamente, por outro lado tal pesquisa ganha em termos de liberdade e de horizontes se dispuser de todas essas formas para realizar-se e expressar-se.

## Conteúdo ou Atitude?

Em todo o caso, na aproximação ou abordagem do pesquisador frente às filosofias e aos filósofos, importa distinguir entre a *atitude* e o *conteúdo*. Alguém pode ser kantiano nesse sentido mais estritamente acadêmico e erudito de debruçar-se exaustivamente sobre os escritos de Kant, de trabalhar incansavelmente sua interpretação e tornar-se um especialista em sua filosofia: trata-se de um kantiano pelo conteúdo. Mas pode-se remeter a Kant pela atitude, quando se atende a seu desafio e apelo no sentido de ousar pensar por conta própria: em tal caso, pode ocorrer de não se assumir qualquer conteúdo da filosofia de Kant, ou seja, de não haver aí nenhum kantiano pelo conteúdo. Analogamente, um especialista em Nietzsche é um nietzscheano pelo conteúdo, mas não necessariamente pela atitude. Talvez esteja mesmo impedido de sê-lo se considerarmos que adotar e viver uma atitude *à la* Nietzsche (2001, p. 19) implica tomar o *vademecum* como *vadetecum*,<sup>2</sup> substituindo enfim o primeiro pelo segundo; em última análise, significa aplicar à leitura dos textos de Nietzsche o mesmo ímpeto destrutivo que ele imprime em suas interpretações de outros pensadores e artistas, assumindo-o para libertar-se dele. O caso Nietzsche é mais radical que o caso Kant, no sentido de morder nosso cerne ontológico, para além do epistemológico: ele apela e desafia não apenas para que se ouse pensar por conta própria, mas para que se ouse *ser* por conta própria.

Resta perguntar: para o bem da pesquisa filosófica, o que é preferível – a atitude ou o conteúdo? Não há dúvida de que o conteúdo é, academicamente, essencial: se não fosse ele, não haveria aulas nem cursos. A pesquisa, é preciso reconhecer, também se beneficia dele. Contudo, tanto cursos quanto pesquisas dependem em última instância da atitude, que está na origem ou fonte dos conteúdos que são

<sup>2</sup> “Atraem-lhe meu jeito e minha língua, / Você me segue, vem atrás de mim? / Siga apenas a si mesmo fielmente: – / Assim me seguirá – com vagar! com vagar!”

apresentados nas aulas e trabalhados nas pesquisas. O quadro todo não seria problemático ou incômodo se parte do conteúdo não proviesse de uma atitude ou outra que não encontrou na universidade condições para vicejar e prosperar, mas teve de procurar outras paragens para meramente respirar e existir.

Não se trata somente de lembrar que, em casos como os de Nietzsche e Marx, a universidade de hoje deve o que chama de pesquisa e conhecimento ao que a universidade de ontem rejeitou ou ignorou, mas também de conjecturar o que poderia ter sido dela e do mundo se o espaço oferecido à pesquisa filosófica fosse mais amplo, contemplando atitudes como as representadas por aqueles nomes. Recorde-se, a propósito, a piada que costuma vir impressa nos livros de uma coleção dedicada a autores russos (como Dostoiévski) e do Leste europeu:

Num congresso da Academia de Ciências da U.R.S.S. surge uma questão difícil: saber se Lênin havia se comportado como um político ou como um autêntico cientista; o debate prossegue sem solução até que o camarada Rabinovitch (o judeu arquetípico desse tipo de humor) aparece com a resposta correta, ou seja, a de que Lênin era de fato um político, pois se tivesse sido um cientista teria experimentado antes com ratinhos brancos.<sup>3</sup>

É neste caso – e talvez somente nele – que vale aproximar o diálogo filosófico do espírito do método científico. Aquele não refuta nem elimina teorias, mas, tampouco, permite, pelo exercício da crítica, que alguma delas se arvore em dogma ou palavra sagrada. O embate de

ideias pode ser tão cáustico quanto a evidência empírica, desbancando, se não uma filosofia, ao menos a pretensão de dono-da-verdade com que seu autor pode se apresentar. Portanto, para o que nos interessa não é tão inútil, ingênuo e ocioso tentar imaginar os caminhos e sentidos que as ideias de Marx e Nietzsche teriam assumido no curso da História se elas tivessem encontrado na universidade o laboratório em que fossem aberta e decididamente confrontadas, criticadas, contestadas, dando-se aos autores a circunstância de experimentar, em relação ao que diziam e pensavam, o mesmo tipo de ataques e restrições que endereçavam a outros pensadores, cientistas, escritores, artistas – e no mesmo diapasão, com a mesma paixão e intensidade.

## Referências Bibliográficas

HERÁCLITO DE ÉFESO. Fragmentos. In: *Os Pré-Socráticos*. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARX, K. *Ad Feuerbach*. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução de José Arthur Gianotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

NIETZSCHE, F. *Vademecum – Vadetecum*. In: \_\_\_\_\_. *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEREIRA, O. P. A Filosofia e a visão comum do mundo. In: \_\_\_\_\_. *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

<sup>3</sup> O texto consta nos volumes da Coleção Leste, publicada pela Editora 34 (São Paulo).